

SPINOZA E SKINNER SOBRE A LIBERDADE: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Henrique Yuzo Sato (PIC/UEM), Davi Ferreira dos Santos (PIC/UEM), Carlos Eduardo Lopes (Orientador), e-mail: celopes@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Psicologia / História, teorias e sistemas em psicologia

Palavras-chave: liberdade, Skinner, Spinoza.

Resumo:

Este trabalho teve o objetivo de identificar aproximações nas discussões sobre liberdade em B. F. Skinner e B. Spinoza. Para tanto, foi realizada uma pesquisa teórico-conceitual que buscou conhecer e comparar os conceitos de liberdade discutidos na “Ética” de Spinoza e em “Para além da Liberdade e Dignidade” de Skinner. Os resultados mostraram que os autores se contrapõem à autodeterminação do sujeito, propondo um modelo de liberdade em mundo causal, no qual ser livre significa estabelecer certos tipos de relação com esse mundo. Com isso, os autores convergem para uma concepção ética de liberdade, que parte de uma relação indissociável entre indivíduo e mundo, que não se guia por uma índole (boa ou má) ou por valores absolutos. Trata-se, portanto, de uma ética que se afasta de uma moralidade normativa. Nessa ética sem absolutos, ambos os autores defendem a necessidade de uma avaliação constante de modos de viver em função de uma boa vida, que, no limite, identifica-se com a liberdade.

Introdução

A discussão da liberdade é ampla e envolve diferentes concepções. Atualmente, a visão dominante é ainda uma herança do pensamento moderno, que concebe o ser humano como racional e dotado de um poder de autodeterminação.

Contrapondo-se a essa noção de ser humano, Baruch Spinoza (1632-1677) (2020) afirmou que afetos e ações são influenciados por causas que podem ser compreendidas tais quais as causas dos fenômenos naturais em geral.

No século passado, com o auge do pensamento liberal, Skinner (1904-1990) (2000) também criticou o paradigma do comportamento sem causas, afirmando que quando ser desconsidera a conexão com o ambiente no qual o organismo está inserido, o comportamento deixa de existir como fenômeno próprio e passa a ser visto como derivado de uma interioridade intangível.

Há, portanto, uma evidente convergência nas críticas de Spinoza e Skinner sobre a noção tradicional de liberdade: considerada como ausência de causa, a liberdade simplesmente não existe. Mas não seria possível ressignificar essa noção? Não haveria um sentido legítimo que está para além da liberdade como autodeterminação? Ambos os autores parecem responder a essas questões afirmativamente. No entanto, resta analisar se suas respostas são convergentes. O objetivo deste trabalho foi exatamente este: identificar eventuais aproximações entre Spinoza e Skinner no que diz respeito às suas discussões propositivas sobre a liberdade.

Materiais e métodos

Para alcançar o objetivo proposto foram analisadas duas obras principais – a “Ética”, de Spinoza, e “Para Além da Liberdade e Dignidade”, de Skinner –, bem como alguns textos complementares de comentadores.

As obras principais foram analisadas por meio de fichamentos e mapas mentais, buscando sistematizar os argumentos principais e as relações entre os conceitos apresentados. Por fim, foi elaborado um texto comparativo relacionado as propostas dos dois autores no que diz respeito à liberdade.

Resultados e Discussão

Tanto Spinoza quanto Skinner situam a discussão da liberdade em um campo ético, que se distingue de uma moral normativa. Essa distinção deve-se ao fato de que ambos os autores concebem o mundo humano como constituído por valores contextuais e mutáveis. Em outras palavras, Spinoza e Skinner afastam-se de uma discussão de bem e mal, entendidos como valores absolutos, para adotarem uma discussão entre o que é bom e mau, em determinada situação.

Para Spinoza, uma relação é boa quando um ser é afetado de maneira que aumente sua potência, isto é, que lhe seja útil; por outro lado, uma relação é má para um ser quando diminui a sua potência de existir, ou seja, o impede de acessar algo que lhe seja útil (SPINOZA, 2020).

Para Skinner, valorar é classificar algo em função de seus efeitos. O que é bom são os reforçadores positivos, e o mau refere-se a reforçadores negativos (ou condições aversivas). Skinner elege três bens, os pessoais, o dos outros e o da cultura, os quais podem conflitar entre si ou serem harmônicos, por meio de um planejamento cultural (SKINNER, 2000). Nesse sentido, ambos defendem uma ética relacional, que é relacionada à concepção de mundo: o ser humano não é estático, portador de uma bondade ou maldade imutável; pelo contrário, a definição de bom e mau depende de uma análise realizada a partir das relações que o afetam. Em consequência disso, se o ser humano é um fluxo de modificações constantes, os valores também precisam ser constantemente avaliados em função dessas relações que o modificam.

Defender uma ética relacional, que possa ser compreendida a partir do contexto, pressupõe um mundo causal, no qual haja processos relacionais e regulares passíveis de serem compreendidos. Sendo assim, para esses autores, a liberdade não se situa no campo da vontade livre, mas é entendida como a busca de uma boa vida: não em um sentido universal, mas da procura por modos de vida mais adequados a um determinado contexto, situação, indivíduo e sociedade. Partindo dessa delimitação ética da discussão da liberdade, foram encontradas algumas similaridades entre Skinner e Spinoza.

O primeiro ponto de contato em relação à boa vida diz respeito à experimentação como modo de vida. Para Spinoza (2020), ser livre é estar aberto à diversidade de afetos do mundo, em busca de experiências novas que possibilitem a expansão da potência. Skinner (1972), por sua vez, compreende a necessidade de experimentar diferentes formas de relações com o mundo (físico e social), de modo a conhecer e alcançar uma vida mais reforçadora.

Além disso, uma boa vida em ambos os autores está associada a uma espécie de autonomia. Spinoza (2020) entende a autonomia a partir da noção de causa adequada, que compreende um afeto que concorde com a natureza de um ser humano e, portanto, não seja imposto ou fruto de constrangimento. Skinner (1975), por sua vez, também compreende um tipo de relação parecida: quando se é independente dos outros, o comportamento está sob controle de consequências produzidas automaticamente, precisamente, reforçadores naturais. Nesse tipo de processo, a ação está em relação com “coisas” (com o predomínio de reforçadores naturais), e não com pessoas (com o predomínio de reforçadores arbitrários), o que permite uma independência em relação aos outros. Isso não significa dizer que os afetos ou comportamentos do sujeito não possuam causa, mas que se definem por um tipo de relação diferente das que tornam uma pessoa servil ou subserviente. É uma forma de relação mais direta, em que o indivíduo compreende o porquê é afetado de determinada maneira ou o porquê emite certo comportamento e, por isso, produz sentido.

O terceiro ponto de contato indica que a liberdade não pode ser desvinculada do conhecimento, principalmente o autoconhecimento. Para Spinoza (2020), o conhecimento permite entender as relações necessárias de causalidade, permitindo ressignificar como se é afetado. Já para Skinner (2000), o conhecimento permite entender o próprio comportamento e as variáveis que o controlam. Com isso, o indivíduo pode modificar seu próprio comportamento, a sua situação, permitindo trocar controles coercitivos por “controles livres”.

Por fim, para ambos os autores a liberdade não pode ser entendida como algo inato, tampouco como uma conquista definitiva, mas sim, como um processo constante de lutas (SPINOZA, 2020; SKINNER, 2000), afastando-os do conceito de liberdade defendido pelo liberalismo.

Conclusões

As análises desenvolvidas no decorrer da pesquisa permitem afirmar que as discussões sobre liberdade de Skinner e de Spinoza aproximam-se em diversos aspectos. Ambos partem de uma ética não-normativa, em busca de modos de vida relativos a cada indivíduo e contexto social. Apesar desse caráter relativo, alguns pontos em comum são encontrados em relação à concepção de uma boa vida: a abertura para a diversidade de relações, a busca por relações mais autônomas, a relevância do conhecimento e do autoconhecimento e, por fim, o entendimento da liberdade como processo e conquista. Todos esses aspectos os distanciam do liberalismo.

No entanto, é preciso considerar essas aproximações com cautela, visto que os dois autores analisados viveram em contextos muito distintos e foram influenciados por tradições filosóficas muito diferentes. Caberia, para um estudo futuro, delimitar melhor essas diferenças, indicando eventuais rupturas na comparação entre esses autores.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Estadual de Maringá por proporcionar espaços de discussão e produção científica. Agradecemos ao nosso orientador Carlos Eduardo Lopes por toda rica contribuição e colaboração com a pesquisa.

Referências

SKINNER, B. F. **Tecnologia do Ensino**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SKINNER, B. F. **Para além da Liberdade e Dignidade**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2000.

SKINNER, B. F. **Walden II: uma sociedade do futuro**. São Paulo: Herder, 1972.

SPINOZA, B. de. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.